



Globalização e efeitos de subjetivação

Deise Mancebo*

RESUMO

O artigo faz uma abordagem em torno do atual processo de globalização, com especial destaque aos efeitos produzidos sobre as subjetividades, a partir de três cenários: o da cultura e da indústria cultural, o da fragmentação da vida societária e o do desenvolvimento de sociabilidades protegidas.

Palavras-chave: globalização; subjetividade; individualismo.

SUMMARY

The article approaches the current globalization process, pointing out mainly the impacts upon subjectivity, out of three scenarios: culture and industrial culture, fragmentation of social life and development of protected sociability.

Keywords: globalization; subjectivity; individualism.

RESUMEN

El artículo plantea el actual proceso de globalización, con especial atención a sus efectos sobre las subjetividades, desde tres escenarios: el de la cultura y la industria cultural, de la fragmentación de la vida en sociedad y del desarrollo de sociabilidades protegidas.

Palabras-clave: globalización; subjetividad; individualismo.

O adjetivo global surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, tornando-se popular através das obras e artigos de hábeis consultores de estratégia e marketing. Em nível mundial, a imprensa econômica e financeira de língua inglesa adotou o termo que, em pouquíssimo tempo, invadiu o discurso político neoliberal. (Chesnais, 1996)

A palavra “global” traz consigo o sentido de conjunto, inteiro, total, de modo que tomada em si evoca a falsa imagem dum mundo homogêneo e integrado, que pouco ou nada parece ter a ver com realidades de extrema fragmentação e desintegração, encontradas no atual processo social. Deste modo, o termo “globalização” carrega, como marca de origem, um elevado índice de ideologização, além de encontrar-se “... atravessado por uma ambivalência ou imprecisão constitutiva em função da variedade de fenômenos que abrange e dos impactos diferenciados que gera em diversas áreas” (Gómez, 1999, p.129), a saber, financeira, comercial, produtiva, social, institucional, tecnológica, cultural e, em decorrência, na formação das subjetividades contemporâneas.

Em termos gerais, é possível afirmar que a globalização apresenta-se como uma configuração histórica profundamente contraditória, de modo que os mesmos vetores e relações promotores da integração em escala mundial e em diversos campos, podem suscitar o antagonismo, já que eles sempre se deparam com diversidades, alteridades, desigualdades, resistências e, em decorrência, tensões e contradições. “(...) É necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica. A mesma globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade de modos de ser, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação (...)” (Ianni, 1997, p.33)

Se analisada sob o prisma das populações e grupos envolvidos, dois processos intimamente relacionados e diferenciados podem ser identificados. “O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos é um destino indesejado e cruel”. (Bauman, 1999, p.7) Bauman utiliza para esta faceta contraditória da globalização o termo “glocalização”, definindo assim, a um só tempo, “o processo de concentração de capitais, das finanças e todos os outros recursos de escolha e ação efetiva, mas também de concentração da liberdade de se

mover e agir”. (Idem, p.78) Para uns, a globalização e, para outros, cada vez em maior número, a localização, cabendo destaque ao fato de que “(...) ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social (...) (pois) com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam”. (Bauman, 1999, p.8)

Em consonância com a complexidade do momento presente, o pensamento social tem construído várias imagens acerca da globalização do planeta, impossíveis de detalhamento no bojo deste texto. Consideramos, no entanto, que para se analisar as possibilidades de formação de sujeitos, no contexto de uma sociedade que se globaliza, três cenários temáticos merecem destaque: o cenário da cultura e da indústria cultural; o da fragmentação da vida societária; e o do desenvolvimento de sociabilidades protegidas. No interior de cada destes cenários, também são várias as análises e metáforas pelas quais se pode compreender a globalização, cabendo destaque à seguinte polarização: análises críticas em relação ao “braço” neoliberal da globalização, mesmo que geradoras de efeitos de imobilização, e construções que o pensamento social tem desenvolvido, por uma ótica mais positiva e alentadora, análises que buscam espaços alternativos de atuação, enfrentamento e soluções aos problemas gerados pelos processos de globalização, mesmo que em alguns casos “ingênuas” ou “colaboradoras” com as políticas neoliberais vigentes.

Primeiro cenário – Globalização e cultura

Este cenário é freqüentemente associado à idéia de hegemonia de uma política neoliberal, que estaria provocando uma homogeneização pelo consumismo e pela cultura de massa. Diversas análises consideram que o privilégio de decidir e organizar o *socius*, longe de ser um direito universal do cidadão, vem se concentrando, primeiramente, numa classe e “numa etnia (isto é, numa comunidade lingüística e culturalmente definida), que projeta narcisicamente a sua imagem étnico-cultural vitoriosa sobre o resto das populações, através do *mass-media* ou quaisquer outros meios possíveis de difusão culturalista”. (Sodré, 1994, p.130) Tal aspecto associado ao crescimento exponencial de regulamentação jurídica da vida social, do conhecimento jurídico especializado e hermético e da sobrejuridificação da vida, conformariam uma cultura homogeneizadora e composta de sujeitos impotentes para a auto-gestão, homens que, em última instância, delegam a “administração” do seu quotidiano.

Deste modo, aos “aparelhos ideológicos” clássicos do modo de produção capitalista - escola e família - acrescenta-se a indústria cultural, veiculada pelos meios de comunicação

de massa. Na tese para professor titular, intitulada “Modernidade e produção de Subjetividade”, procurei mostrar que sobre este aspecto, algumas análises vêm apontando que os velhos aparelhos, sem desaparecerem, por certo, perdem seus *status* de centralidade na organização das demais esferas do social, no mesmo compasso em que assumem características também massivas, homogeneizadoras, hedonistas, imediatistas e produtoras de demandas por consumo, próprias aos *mass media*.

A “telinha”, mas também os demais veículos de comunicação e informação e outras instituições organizadoras do espaço social e das identidades sociais, cada vez mais suscitam, nos sujeitos, investimentos e reconhecimentos narcísicos de vários tipos. Apreendem o indivíduo em diversas situações de vida, inclusive em sua esfera estritamente privada; sugerem-lhe papéis, sentimentos e atitudes; tentam convencê-lo - através de suaves mensagens de entretenimento ou de informações alarmistas - quanto aos comportamentos sociais mais indicados ou não, para o alcance do reconhecimento social e quanto às identidades a serem incorporadas ou excluídas, para uma exitosa existência social. Constroem novos “ideais do ego”, mesclados de um individualismo narcísico e onipotente, geram impressões de espontaneidade e liberação individual, simulam a liberdade interior. (Mancebo, 1999a)

Através de imagens/sons/informações padronizadas (apoiadas em *mass-media*: jornais, revistas, livros, discos, filmes, programas de televisão) com conteúdos lúdico-culturalistas, ou seja, produtos híbridos de entretenimento e de referências à cultura burguesa clássica, o *socius* vai sendo organizado e organizando seus cidadãos. Conforme Sodré, “a informação tecnoproduzida transforma-se em ação social tecnodirigida”. (1994, p.121) São “ações” reguladas disciplinarmente, multiplicadas à exaustão, de modo a fornecerem aos sujeitos infinitas escolhas, mas que dispensam as relações diretas e primárias entre os pares, já que estão integrados virtualmente mediante os circuitos comunicacionais. São “ações”, ainda, que regulam os cidadãos no trabalho, em casa, no lazer, em todas as esferas da vida social, mas que se apresentam divorciadas das práticas políticas e do quotidiano dos sujeitos. Gestão dos atos que estimula a passividade e o conformismo, no mesmo compasso que oculta sua dinâmica, sob uma imagem simulada de participação geral. Em outros termos, o indivíduo é colocado em interatividade global com todo o sistema, alimenta uma certa ilusão de “responsabilização”, uma ilusão de participar do consenso e auto-consente. Na prática, trata-se de um tipo de gestão dos atos que, em última instância, dispensa a ação do sujeito, pois virtual e “acionada por um código retórico globalizante, que procura substituir progressivamente toda ação por palavras ou imagens”. (Sodré, 1994, p.119)

No entanto, sobre a mesma realidade, há análises que se

colocam em posição diversa: acatam a idéia da globalização, com suas tendências de homogeneização cultural, de uma modernização seletiva, mas destacam a possibilidade de construção de um multiculturalismo democrático, face ao potencial de difusão cultural plural que a globalização apresenta. (Scherer-Warren, 1999)

Mike Featherstone (1996), por exemplo, vê a tendência à uniformização cultural com elevada apreensão, no entanto, considera que o processo de globalização mais do que favorecer o aparecimento de uma cultura global unificada, tende a prover um campo de expressão e de acentuação de fenômenos múltiplos: visualização das heterogeneidades, desenvolvimento de localismos, confrontos, fragmentação, além de sincretismo e hibridação das culturas. Cultura Global essa, que não deve ser confundida com situações efetivas de hegemonia cultural. (Gómez, 1999) Featherstone revela em síntese, a natureza complexa e multiforme dos fenômenos culturais atuais e dos efeitos de subjetivação que daí podem advir.

Certo é que os meios de comunicação modernos são veículos por excelência de todos os desenvolvimentos de globalização (econômico, legal, militar, organizacional, cultural), e talvez por isto mesmo, esses sistemas dão lugar a uma acirrada polêmica acerca de suas implicações e conseqüências, num leque de posições que, conforme Gómez, abrange “desde a dos mandarins da tecnologia de telecomunicações, que exaltam suas potencialidades no mundo dos negócios e da liberdade individual, até aquelas que vislumbram a possibilidade de revitalização da vida cívica, dos valores cosmopolistas, bem como a extensão da deliberação e participação democráticas, passando pelas posições mais pessimistas, que denunciam a tendência à ocidentalização do mundo e ao tribalismo reativo, à vigilância e à manipulação sem precedentes do acesso às informações, à ampliação do fosso entre pobres e ricos, entre incluídos e excluídos, e ao perigo da emergência dum totalitarismo global”. (1999, p.157)

O autor defende a tese de que as diferenças culturais não desaparecem no mundo globalizado, afirma que a homogeneização cultural e dos homens não é inevitável. Para esse autor, o conhecimento e a aproximação de povos e nações distintas, proporcionados em larga escala pelos *massmedia*, pode gerar uma maior consciência da diferença nos estilos de vida e nas orientações valorativas; pode ampliar o horizonte de compreensão da própria sociedade e cultura nas quais os sujeitos encontram-se envolvidos; pode desencadear, ainda, movimentos de fechamento de grupos para reforçar identidades étnicas, nacionais ou políticas sectárias que se sentem ameaçadas. O que por certo devemos relevar é o fato das identidades culturais não passarem imunes pelo processo de globalização; elas alteram-se e percorrem um complexo processo de redefinições em diferentes níveis, açambarcando diretamente os sujeitos envolvidos.

Segundo cenário – Globalização e fragmentação da vida societária

Sob esta temática, a apreciação mais comumente encontrada entre os teóricos refere-se ao fato da globalização e da supremacia do neoliberalismo trazerem consigo o fim das grandes narrativas, das ideologias e das utopias sociais. Seria a instituição do mundo do aqui e agora, da apologia da diferenciação e da individualização e, conseqüentemente, também do individualismo?

Em decorrência – uma vez que se perdeu o sentido do pertencimento, de participação, de um “nós” –, para a maioria das pessoas, a tradução subjetiva da significação da autonomia individual e da realidade que a sustenta é de um profundo individualismo, em que cada um se volta egoisticamente para seus desejos e expectativas e não reconhece no outro um semelhante. O resultado desse processo não é senão o crescimento contínuo do consumo e do lazer, tornados fins em si mesmos, a fragmentação da vida em um conjunto de atos sem sentido e a extrema solidão que persegue as pessoas, ainda que vivam em sociedade. (Augusto, 1995)

Um dos dispositivos centrais, que vem sendo apontado em diversas análises, neste processo de retraimento da subjetividade em relação ao social, consiste na submissão dos indivíduos aos ditames de um ciclo “quase biológico” de atendimento de suas necessidades e de sua satisfação. De outro modo, pode-se dizer que se é verdade que a autoridade da tradição se desfaz na modernidade, abrindo espaço para a emancipação, nosso século vem preenchendo a lacuna “emancipatória” com uma individualização dos comportamentos, traduzida hoje em dia por uma submissão de toda a realidade humana “aos ciclos devoradores do consumo”. As já antigas aspirações de autonomia, auto-desenvolvimento e “liberdade interior”, comparecem, neste fim de século, transmutadas em privatismo e narcisismo, assinalando os caminhos do homem na direção da vertigem produtivista e da compulsão consumista. (Mancebo, 1999-a)

A dinâmica da sociedade do descarté é-nos apresentada, assim, com significações muito mais amplas do que jogar fora bens produzidos e adquiridos; dimensões subjetivas também passam à condição de descartáveis, como os valores, estilos de vida, culturas longamente construídas, relacionamentos estáveis, afetos etc. Por intermédio desses mecanismos as pessoas seriam forçadas a lidar com a descartabilidade e com perspectivas de obsolescência praticamente instantânea. (Harvey, 1993, p.258) Na jocosa análise de Bauman, “os hábitos são, de fato, contínua, diariamente e na primeira oportunidade postos de lado, nunca tendo a chance de se tornarem as barras de ferro de uma gaiola (exceto um meta-hábito, que é o ‘hábito de mudar de hábitos’)”. (1999, p.89)

Neste processo de constituição do sujeito-consumidor, perderia sentido o histórico “sentimento de futuro”, uma vez que tudo estimula a fruição hedonista do instante, do

momento presente. (Sennett, 1988; Lasch, 1986) A felicidade, impossível de ser postergada, estaria sendo perseguida no cotidiano, no presente. Para Bauman, “a satisfação do consumidor deveria ser instantânea e isso num duplo sentido (...) satisfazer-se de imediato, sem exigir o aprendizado de quaisquer habilidades ou extensos fundamentos; mas a satisfação deveria também terminar (...) no momento em que o consumo termine”. (1999, p.89-90) Deste modo, a vida seria adjetivada pela volatilidade e a efemeridade, tornando difícil manter qualquer sentido firme de continuidade.

Freqüentemente, também se associa a esse cenário a idéia de crise dos movimentos sociais. No entanto, há análises que destacam as possibilidades de ações coletivas, não de movimentos históricos, mas identificando a existência e desenvolvimento de “tribos identitárias” (Maffesoli, 1987), como uma dinâmica típica das práticas coletivas na globalização.

Ainda neste último campo, há os que chamam atenção para o fenômeno de hibridação cultural e identitária, ou sincretismo, ou transculturação, qual seja, uma certa possibilidade do intercâmbio ecumênico entre várias culturas. O desenvolvimento desse cenário implicaria a promoção de uma solidariedade cosmopolita o que, segundo Giddens, representaria o verdadeiro ponto de apoio, talvez pela primeira vez na história, para o aparecimento de valores universais.

Em síntese, também neste cenário pode-se localizar a defesa de posições distintas e mesmo contrárias. No interior da literatura sobre o social, encontramos descrições e análises que vão desde o sujeito-consumidor, narcisicamente voltado para suas satisfações e alheio às preocupações com o social, até aqueles que enfatizam, nesta era da informação, a possibilidade de se criarem alguns consensos humanistas e democráticos, que apostam na construção de uma “cidadania sem fronteiras” territoriais e sócio-culturais entre os movimentos plurais (Scherer-Warren, 1999), situação possível pelo fato de que os processos de subjetivação em torno de identidades específicas são acompanhados pelo respeito ao pluralismo e à alteridade.

Terceiro cenário – Globalização e sociabilidade protegida

Neste cenário, as análises também são múltiplas e não raramente contraditórias ou mesmo opostas. Num extremo, teríamos a idéia de que grupos ou populações, ameaçados pela homogeneização a partir das culturas hegemônicas, procederiam à reafirmação de fundamentalismos tradicionais, assim como dariam asas à criação de novos – regionais, étnicos, religiosos e políticos. Giddens, por exemplo, explica o fundamentalismo como uma busca de proteção em doutrinas específicas, uma forma de resistência a engajamentos discursivos que tende a se reforçar num mundo de comunicação global.

As discussões a respeito da “sociabilidade dos espaços

fechados” (Josephson, 1997, p.151) também se fundamentam em razões semelhantes. A construção de lugares separados por grades, guardas e muros, o *apart-hotel*, o condomínio, ou mesmo os espaços semipúblicos dos *shoppings* e dos clubes privados, todos vêm sendo apresentados como modernas construções que reforçam a valorização da privacidade, assegurada pela homogeneidade e proteção dos seus componentes, e que se configuram como territórios de articulação de um certo “narcisismo coletivo”, instaurado em ambientes de convivência entre iguais. (Costa, 1990) Além disso, acarretariam um sentimento de independência em relação aos demais, sugerindo uma imagem do mundo à sua própria semelhança e, desse modo, suscitariam idéias de liberdade e de autonomia. Conforme Baptista: “As cercas que delimitam este modo de morar não protegem seus proprietários de invasões exteriores ou dos contágios da rua. Estas cercas delimitam imagens homogêneas editadas ou produzidas pela insegurança gerada de falta; falta tecida pela velocidade de um mundo carregado de informações que envelhecem rápido, por um consumo que nunca sacia, por necessidades de gerenciamentos competentes e atualizados; velocidade ávida de novas emoções, segurança, futuro. São cercas protetoras de constantes desterritorializações solitárias e inertes”. (1997, p.180)

Para alguns autores, a uniformidade destas construções protegidas alimenta a conformidade, e a outra face da conformidade é a intolerância. Bauman, por exemplo, destaca que numa localidade homogênea é extremamente difícil adquirir as qualidades de caráter e habilidades necessárias para lidar com a diferença humana e situações de incerteza; e “(...) na ausência dessas habilidades e qualidades é facilímo temer o outro – talvez bizarro e diferente, mas primeiro e sobretudo não familiar, não imediatamente compreensível, não inteiramente sondado, imprevisível”. (1999, p.55)

Deste modo, as novas experiências de vida social, particularmente nos grandes espaços urbanos – rápidas e múltiplas, velozes e sem movimento – no lugar de tornar o sujeito permeável às diferenças, o que seria de se esperar da parte de quem não mais possui um referencial identitário próprio, o tem lançado numa rede virtual de relações extremamente esquematizadas e pré-moldadas, constituindo o que Foucault (1994) denominou “empobrecimento do tecido relacional”, em nada tolerante à diversidade, às misturas e à hibridação. (Mancebo, 1999-a)

Não resta dúvida de que se vive uma ordem visceralmente violenta. É difícil conceber possibilidades reais de relações a partir de modelos em que os indivíduos se organizam como deuses isolados, como solitárias onipotências narcísicas, temerosos de outros que possam aquilatar-se a eles. Naturaliza-se uma espécie de darwinismo social que vem gerando uma cidadania de segunda classe, vigora a experiência da “socialidade”, e não a do “social”, segundo a qual mesmo

os grupos/agrupamentos constituídos são mais da linhagem de tribos fortes e cerradas, que da cidadania. (Mancebo, 1999-a, 1999-b)

Por outro prisma, há os que vêem, nesta mesma dinâmica global, uma aceleração da labilidade das identidades individuais e coletivas e chamam atenção para as possibilidades positivas de construção de subjetividades “não-individuadas”, desterritorializadas, capazes de irromper em “devires” e de contemplar a alteridade. (Deleuze, Guattari, Rolnick) O desenvolvimento desse cenário implicaria a promoção de uma solidariedade cosmopolita o que, segundo Giddens, representaria o verdadeiro ponto de apoio, talvez pela primeira vez na história, para o aparecimento de valores universais.

Pieterse (1994) chega a apresentar a hibridação como um conceito que inverte a noção de cultura. Com a hibridação, aposta-se num cenário mais propício para o desenvolvimento do que se convencionou chamar de cidadania ou sociedade civil planetária, sob o conceito de cultura o que estaria enfatizado seria o nacionalismo romântico, o racismo, o rivalismo religioso, o chauvinismo e o essencialismo cultural.

Tomando-se os três cenários expostos e considerando-os do ponto de vista do envolvimento dos homens, pode-se afirmar, conforme Scherer-Warren, que os homens tendem a se constituir como sujeitos a partir de duas dimensões da vida social: “(...) uma realiza-se em torno da construção e defesa de identidades específicas, que podem ser de gênero, étnica, etária, religiosa, regional, cultural etc. Outra constrói-se como subjetivação em torno de valores éticos comuns, como a solidariedade, o compromisso com o coletivo, com o destino de um povo, de uma nação e mesmo da humanidade”. (1999, p. 65)

Na realidade, trata-se de um paradoxo maior, próprio ao momento histórico que vivemos – designado por uma dinâmica de globalização. Nesta dinâmica, abrem-se outras condições de produção e reprodução material e espiritual. A vivência do tempo e do espaço encontram possibilidades desconhecidas. No entanto, nesse complexo sistema, assistimos a uma multiplicação das condições de integração e fragmentação e dela participamos. Pode-se localizar integração e homogeneização, da mesma forma que diferenciação e fragmentação. A multiplicação dos contatos e relações, virtuais ou não, ao mesmo tempo que podem promover a tolerância, o respeito à alteridade, à integração cidadã, inclusive em relação a rincões, situações e conflitos jamais imaginados, suscitam o antagonismo, já que elas sempre deparam diversidades, alteridades, desigualdades, tensões, contradições.

Em síntese, os cenários apresentados, com suas múltiplas interpretações, retratam diferentes facetas dos processos de globalização do planeta. Eles coexistem e convivem nos mesmos territórios, causando tensões, contradições e conflitos entre si. Por fim, o contraditório processo de globalização gera um palco de intensa complexidade, a qual exige novos recursos metodológicos para avaliação e análise.

Notas

¹ Parte substancial das idéias desenvolvidas neste texto vem sendo analisadas no projeto de pesquisa “Globalização, neoliberalismo e produção de subjetividades”, do qual participam os seguintes estudantes do Instituto de Psicologia da UERJ: Beatriz de Souza Bessa, Dayse Marie de Oliveira, Luciana Vanzan da Silva, Monica da Silva Costa, Raphael Fischer Peçanha e Suely Oliveira Marinho.

Bibliografia

AUGUSTO, M. H. O. O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte. In: *Revista Tempo Social*, v.6, 1995, p.91-106.

- BAPTISTA, L. A. dos S. As cidades da falta. In: *Revista Saúde e Loucura*, n.6. São Paulo: Hucitec, 1997, p.170-182.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, L. As trincheiras da cidade: o apart-hotel e os condomínios fechados. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1990.
- FEATHERSTONE, M. A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura de consumo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, 1996.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits (1954-1988)*. Paris: Gallimard, 1994, vol. IV [1980-1988].
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GÓMEZ, J. M. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 128-179.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JOSEPHSON, S. C. Espaços urbanos e estratégias de hierarquização. In: *Revista Saúde e Loucura*, n.6. São Paulo: Hucitec, 1997, p.143-154.
- LASCH, C. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MANCEBO, D. *Modernidade e produção de subjetividades*. Tese para Professora Titular. Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ, out. 1999-a.
- _____. Políticas para a educação superior e cultura universitária: o exercício da solidão no ideário neoliberal. In: *Revista Internacional de Estudos Políticos*, n.2. Rio de Janeiro: NUSEG/UERJ, 1999-b, p.463-480.
- PIETERSE, J. Nederveen. Globalisations as hybridisation. In: *International Sociology*, n.2, jun.1994, p.161-184, *apud* SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SODRÉ, M. *A máquina de narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. São Paulo: CORTEZ, 1994.

* Deise Mancebo é Doutora em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP e Professora Titular do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ.